

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Int WILLIAM CARLOS COSTA DA SILVA

**EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES: CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO NO MERCADO
NACIONAL**

Rio de Janeiro

2022

Cap Int WILLIAM CARLOS COSTA DA SILVA

**EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES: CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO NO MERCADO
NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso à
Escola de Aperfeiçoamento de
Oficiais, como requisito para a
especialização em Ciências
Militares com ênfase em Gestão
Operacional.

Orientador: Cap Int FELIPE ARAÚJO MEDEIROS

Rio de Janeiro

2022

Cap Int WILLIAM CARLOS COSTA DA SILVA

EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES: CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO NO MERCADO NACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

DEMIAN SANTOS DE OLIVEIRA – TC
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

FELIPE ARAÚJO MEDEIROS – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

MARCO AURÉLIO RODRIGUES SILVEIRA JÚNIOR – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

RESUMO

Esta pesquisa abordou sobre a capacidade de mobilização de explosivos e munições no mercado nacional, tendo como objetivo compreender a capacidade logística da Base Industrial de Defesa para atender as necessidades do Exército Brasileiro numa hipótese de emprego. Para a realização desse estudo, utilizou-se a metodologia de revisão da literatura com o intuito de obter conhecimento sobre o funcionamento da mobilização numa hipótese de emprego do Exército Brasileiro e capacidade de produção de explosivos e munições da BID. Foi utilizada ainda a metodologia de entrevista pessoal, aplicando quatro perguntas subjetivas, sendo entrevistado um colaborador de uma das empresas integrantes da BID, a CONDOR. Os resultados encontrados evidenciaram que a CONDOR possui plenas condições de atender ao suprimento de material bélico em casos de mobilização militar. Mas, alguns entraves desestimulam o desenvolvimento deste potencial, a exemplo da tributação entre os entes federativos pela aplicação do ICMS e da ausência de estratégia que impossibilita a utilização do Regime Tributário Especial para a Defesa (RETIDE). A conclusão da pesquisa chama atenção para a necessidade de buscar estratégias legais de estímulo ao desenvolvimento do potencial bélico do mercado nacional veiculado com a BID.

Palavras-chave: Capacidade. BID. Explosivos e munições. Mobilização Militar.

ABSTRACT

This research was based on the ability to mobilize explosives and ammunition in the national market, aiming to understand the logistics capacity of the Defense Industrial Base to meet the needs of the Brazilian Army in a hypothesis of employment. To carry out this study, we used the literature review methodology to obtain knowledge about the functioning of mobilization in a hypothesis of use of the Brazilian Army and production capacity of explosives and ammunition of the IDB. The methodology of personal interview was also used, applying four subjective questions, and a collaborator of one of the idb's member companies, CONDOR, was interviewed. The results found that CONDOR is fully able to meet the supply of war material in cases of military mobilization. However, some obstacles discourage the development of this potential, such as taxation among federal entities by the application of ICMS and the absence of a strategy that makes it impossible to use the special tax regime for national defense. The conclusion of the research draws attention to the need to seek legal strategies to stimulate the development of the war potential of the national market transmitted with the BID.

Keywords: Capacity. IDB. Explosives and ammunition. Military Mobilization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação militar da cadeia logística de suprimentos.....	14
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Base Industrial de Defesa
CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos
CMID	Comissão Militar da Indústria de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IMBEL	Indústria de Material Bélico
MD	Ministério da Defesa
PAED	Plano de Articulação e Equipamento da Defesa Nacional
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PNID	Política Nacional da Indústria de Defesa
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA	8
1.1.1 Antecedentes do Problema.....	9
1.1.2 Formulação do Problema	9
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	9
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	10
1.4. JUSTIFICATIVA	10
2. REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO MILITAR.....	11
2.2 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID).....	15
3. METODOLOGIA	19
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO	19
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	20
3.3 AMOSTRA.....	20
3.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA	20
3.5 INSTRUMENTOS	21
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	21
4. RESULTADOS	21
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
6. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	35

APÊNDICE B – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA.....	36
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por Mobilização Nacional como um instrumento legal, decretado pelo Presidente da República, para obter recursos para complementar a Logística Nacional, visando a Defesa da Nação, em caso de agressão estrangeira (BRASIL, 2015).

A capacidade de mobilização pode ser compreendida como uma estratégia que visa enriquecer a efetividade e “complementar a logística das Forças Armadas, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB” (Estratégia Nacional de Defesa, Brasil, 2016, p. 20). Em congruência a isso, Jerônimo (2018) afirma que as nações tendem a fornecer, para as suas Forças Armadas, equipamentos de emprego militar que sejam coerentes com a realidade do combate atual.

Considerando a relevância do presente tema para o contexto atual e para o mercado nacional, faz-se necessário ressaltar que a capacidade de mobilização atualmente se encontra “intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, da capacidade de Mobilização Nacional e da capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição” (Estratégia Nacional de Defesa, Brasil, 2016, p. 20), ou seja, a capacidade de Mobilização contribui para o desenvolvimento do país, demonstrando a relevância do presente trabalho para o contexto atual.

1.1 PROBLEMA

Ao analisar o mercado nacional de defesa, no tocante a recursos da Classe V que englobam explosivos e munições, nota-se que o país encontra muitas dificuldades devido a não ter um setor tão aquecido, tendo em vista que esse mercado necessita de grandes investimentos financeiros e carece de apoio público e privado. Condição essa que provoca um grande problema para as Forças Armadas, principalmente quando a mesma busca no mercado nacional adquirir produtos bélicos (LESKE, 2015).

1.1.1 Antecedentes do Problema

A indústria de defesa brasileira teve seu auge entre 1970 e 1990. Nesse período, o mercado nacional conseguiu suprir as demandas das Forças Armadas e também fazer exportações. No entanto, devido à falta de planejamento e investimentos somado a questões externas, na década de 90, houve um grande declínio desse mercado (ANDRADE; FRANCO, 2015).

1.1.2 Formulação do Problema

Nesse contexto, a falta de investimentos nesse mercado torna-se um grande problema afetando toda a cadeia. Com isso, a problemática do presente trabalho busca abordar a seguinte questão: Caso seja mobilizado, o mercado nacional tem capacidade logística para produzir explosivos e munições, visando atender as necessidades do Exército Brasileiro numa hipótese de emprego?

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho é balizado por um objetivo geral e quatro objetivos específicos, que nortearam as pesquisas e questionários realizados.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a capacidade logística da Base Industrial de Defesa para atender as necessidades do Exército Brasileiro numa hipótese de emprego.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o processo de mobilização militar;
- b) Apresentar os fatos históricos da BID;
- c) Identificar as empresas da BID que fornecem explosivos e munições para o Exército Brasileiro;
- d) Apresentar as possibilidades e limitações da BID para o fornecimento de explosivos e munições.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

- a) Como é o processo de mobilização militar?
- b) Quais são os fatos históricos da BID?
- c) Quais são as empresas da BID que fornecem explosivos e munições para o Exército Brasileiro?
- d) Quais são as possibilidades e limitações da BID para o fornecimento de explosivos e munições?

1.4. JUSTIFICATIVA

Esta seção busca, de forma resumida, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância do trabalho. Sendo assim, a relevância deste trabalho está apoiada nos seguintes aspectos:

No que tange à Base Industrial de Defesa, torna-se imperioso para um Estado soberano efetivamente ter uma BID desenvolvida e com plena capacidade de atender suas demandas. Assim, tem-se o dilema que as nações em desenvolvimentos enfrentam – desenvolver tecnologias próprias de defesa, buscando a independência das potências mundiais ou ser consumidor de produtos de defesa.

Sabe-se que o Brasil tem vocação para uma liderança regional. Nesse contexto, cabe enfatizar que o Brasil já optou pela sua independência tecnológica

no setor de defesa, sendo a execução dessa escolha, lenta e gradual (JERÔNIMO, 29018).

Dessa forma, justifica-se compreender qual a atual capacidade logística e de mobilização da Base Industrial de Defesa brasileira, pois o tema impacta diretamente no Exército Brasileiro, no tocante à obtenção de explosivos e munições no mercado nacional, em alinhamento com a ação estratégica “1.2.1 – Aperfeiçoar o Sistema de Mobilização” do Plano Estratégico do Exército 2020-2023.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico foi elaborado com o propósito de compilar informações e fazer uma análise direcionada e sucinta, inserida no cerne do presente estudo, sobre o conceito de mobilização militar, seu emprego e sua importância, as legislações pertinentes quanto ao assunto e, dando enfoque ao objeto do estudo, a compreensão da capacidade de mobilização militar para o processo de obtenção de material bélico no mercado nacional para o Exército Brasileiro, mais especificamente, de explosivos e munições.

2.1 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO MILITAR

Kriedberg (1955) define mobilização como a montagem e organização de tropas, material e equipamentos para o serviço militar ativo em tempos de guerra ou outras emergências nacionais, ao analisar as mobilizações militares do Exército Americano de 1775 a 1945.

A mobilização militar compõe uma das estratégias da defesa nacional, sob o comando das Forças Armadas. Para Jerônimo (2018), a Política Nacional de Defesa (PND), no Brasil, leva em consideração fatores internos e externos, principalmente os externos, para programar um cenário de prospecção,

diretamente vinculado com o posicionamento adotado pelo país diante da sua Defesa Nacional.

Para o autor, os principais posicionamentos estratégicos adotados pela Defesa Nacional brasileira são: a priorização dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovações; e a promoção da participação efetiva da mobilização nacional, esta, composta pelos recursos humanos, capacidade industrial e infraestrutura (JERÔNIMO, 2018).

A mobilização militar então trata-se da alocação das Forças Armadas em prol da Defesa Nacional. O que, muitas vezes, ocorre de forma emergencial. Fato este que demonstra a importância de se possuir um efetivo de prontidão eficiente, de modo a suprir necessidades emergenciais, sem que se coloque em risco a integridade da Segurança Nacional diante de conflitos internos ou externos (LAMELLAS, 2019).

É sabido que as Forças Militares de países desenvolvidos trabalham com um alto potencial de efetivo dos recursos de prontidão, ou seja, dos recursos estocados como suprimentos emergenciais, bem como de uma ampla cadeia de ressuprimentos de emergência. Para Negris (2019), isso se dá pela identificação de um necessário preparo das Forças Armadas em prol da proteção da Segurança Nacional, preparando-as para uma mobilização militar eficiente diante de instabilidades que possam colocar em risco o país.

Assim como em outros países, o Brasil adota regras e disposições internas, aplicáveis ao contexto da Defesa Nacional, sob o uso da sua soberania estatal. No que cerne aos comandos da Política Nacional de Defesa, dentre as estratégias nacional de defesa, se pode extrair apontamentos vinculados com a mobilização militar, os quais destacam que:

A Capacidade de Mobilização tem como objetivo incrementar a eficácia do emprego da expressão militar que está intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, da capacidade de Mobilização Nacional e da capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição. A Capacidade de Mobilização tem como objetivos, por um lado, complementar a logística das Forças Armadas, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. A mobilização deverá considerar todas as capacidades de que dispõe o País (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), devendo ser dada especial atenção ao preparo dessas capacidades, visando ao seu emprego de forma célere, eficiente e eficaz, considerando que o “fator tempo” é crítico para os resultados de um conflito armado. Nesse sentido, o Setor de Defesa deverá estimular, no seu âmbito de atuação, o

desenvolvimento das potencialidades industriais do País, de sorte a incrementar o Poder Nacional (BRASIL, 2016, p. 36-37).

Da leitura aplicada ao trecho acima e do estudo de Assis (2018), pode-se compreender que a capacidade de mobilização tem o objetivo de implementar uma maior eficácia no emprego das Forças Militares no país, as quais estão intimamente associadas ao grau de independência tecnológica e logística, no que se refere à capacidade de Mobilização Nacional, bem como à capacidade de pronto emprego de todos os recursos e serviços alocados, necessários e que estejam a sua disposição.

O estudo de Negris (2019), destaca que a mobilização de efetivos sempre apresentou dificuldades diante de ações pretéritas desempenhadas pelo Exército Nacional, decorrente de incapacidade de logística, transporte, indisposição de suprimentos e outros fatores. A mobilização de tropas, de acordo com o referido autor, foi um dos principais desafios encontrados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB). Fato este que decorreu da limitação do efetivo do Exército na época, bem como do mal treinamento e da insuficiência na prontidão de recursos emergentes, a exemplo de armamentos e explosivos.

O autor acima mencionado, destaca ainda em seu estudo que:

Desde os primeiros conflitos registrados, os problemas logísticos que envolvem a manutenção do poder de combate parecem girar sempre entorno das mesmas variáveis: o aporte contínuo e ininterrupto das classes de suprimento, a execução do transporte de tropas e meios orgânicos, a manutenção do material de emprego militar, o serviço de apoio em saúde, o recompletamento e mobilização dos efetivos, e a correta conduta com as baixas em campanha. A má gestão e planejamento do emprego destas variáveis logísticas podem gerar a perda de capacidade da Força em se manter operante de maneira eficiente e eficaz em tempo de guerra ou de não guerra (NEGRIS, 2019, p. 14-15).

Do excerto de texto acima destacado, se pode compreender que uma das problemáticas enfrentadas pela mobilização nacional em diversos períodos históricos foi, justamente, o aporte contínuo e ininterrupto das classes de suprimento. Neste cenário, se insere a capacidade de mobilização dos suprimentos explosivos e de munições, extremamente importantes para manter as Forças Armadas mobilizadas operantes de maneira eficiente e eficaz, quer seja em tempo de guerra ou não (ASSIS, 2018).

Em um processo de mobilização militar, a cadeia logística de suprimentos é composta por uma divisão estratégica de um sistema de classificação militar, o qual separa os suprimentos em classes, apresentadas abaixo, na Tabela 1:

CLASSE	SUPRIMENTOS
Classe I	Material de Subsistência.
Classe II	Material de Intendência.
Classe III	Combustíveis e Lubrificantes.
Classe IV	Material de Construção.
Classe V	Armamento e Munição.
Classe VI	Material de Engenharia e de Cartografia.
Classe VII	Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática.
Classe VIII	Material de Saúde.
Classe IX	Material Naval, de moto mecanização e de Aviação.
Classe X	Materiais não incluídos nas demais classes.

Tabela 1: Classificação militar da cadeia logística de suprimentos.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Todas as classes acima estão intimamente interligadas, uma vez que compõem a cadeia de suprimentos necessárias para uma mobilização militar. Todavia, a ordem cronológica de classificação segue um grau de essencialidade de tais suprimentos para este tipo de operação militar (LAMELLAS, 2019).

Considerando o objeto desta pesquisa, pode-se observar que este se insere na Classe V, que compete aos suprimentos de armamentos e munições. Para Assis (2018), o fortalecimento da cadeia de suprimento e ressuprimento da Classe V, conseqüentemente, fortalece a capacidade de dissuasão do Exército brasileiro, doando-lhes condições mais eficientes em prol da garantia de soberania e defesa do patrimônio nacional e integridade territorial, sendo este um dos objetivos da Defesa Nacional.

Outro objetivo da Defesa Nacional é apontado pelo autor retro mencionado como a busca pelo desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional. No âmbito deste objetivo, duas metas são estabelecidas para corroborar com a sua contemplação, sendo elas: a catalogação das capacidades de infraestruturas necessárias, considerando as capacidades de mobilização de pessoal, de material e de serviços; o aperfeiçoamento do gerenciamento e da capacitação técnica das instalações industriais das Forças Armadas (ASSIS, 2018).

Contudo, deve-se considerar que os custos são elevados para que as nações possam projetar seu poder nacional de forma expressiva, mantendo grandes efetivos e dispendiosa logística com a Forças Armadas. Nações menos favorecidas valem-se da sua capacidade de mobilização para alcançar o mesmo objetivo de projetar o poder nacional. Considera-se que a capacidade de mobilização militar depende de uma Base Industrial de Defesa forte, logo, conclui-se que há a necessidade de investimentos em projetos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em áreas estratégicas e fomento à BID (BRASIL, 2015).

Do estudo produzido por Silveira (2020), alguns investimentos têm sido aplicados na BID em prol do seu fortalecimento, em prol da busca pela integralização das indústrias de defesa com às indústrias nacionais. Cenário este que já é adotado por países desenvolvidos, de modo a fortalecer a capacidade de mobilização nacional diante de uma situação emergente.

Ao longo dos anos, a BID passou por diversas transformações significativas e, mesmo sabendo da atual necessidade de mais investimentos em projetos e pesquisas, que possuam o cunho tecnológico e de inovação, sabe-se que novos investimentos foram aplicados na BID, restando saber se estes são suficientes para dotar a Base Industrial de Defesa de capacidade de mobilização quanto aos suprimentos de explosivos e munições. No próximo subcapítulo, a pesquisa apresentará breves apontamentos necessários sobre a BID.

2.2 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)

Entre as décadas de 1970 e 1990 foi constatado o melhor momento da indústria de defesa brasileira, nesse período, o país chegou a fazer exportações de veículos e armamentos além de suprir a demanda nacional.

Veículos blindados modelos Cascavel, Urutu e Jararaca, fabricados pela empresa Engenheiros Especializados S/A (Engesa), o sistema de artilharia de foguetes Astros II (em inglês, artillery saturation rocket system), fabricado pela Avibras Indústria Aeroespacial, e as aeronaves militares Tucano e Xingu, da Embraer, foram produzidos em volumes relativamente elevados para atender às Forças Armadas do Brasil e/ou

de países como Iraque, Líbia, Reino Unido, França e Colômbia (MORAES, 2012, p. 9).

Contudo, para um bom e efetivo funcionamento dessa indústria, o mercado externo tinha um papel fundamental nessa engrenagem, principalmente no que se refere a questões econômicas para sua sustentabilidade. O que foi impactado de forma considerável com a queda vertiginosa da demanda mundial por armas, cenário esse que se deu no início da década de 90, inviabilizado a saúde do financeira devido o alto custo de sua produção, e conseqüentemente uma baixa demanda (DE HOLANDA: SOARES DE ASSIS, 2013).

Segundo Silva et al. (2020) em relação a esse cenário, marcado pelo declínio da indústria de defesa brasileira, nas últimas décadas:

A indústria de Defesa Nacional [...] tem sido prejudicada por cortes cada vez mais recorrentes no seu orçamento. Enfatiza-se que o avanço considerável na tecnologia hoje existente no Mundo decorreu do maciço investimento das nações em tecnologia na indústria bélica e seu emprego dual, incluindo-se só para exemplificar o uso da internet em todos os setores da vida humana (SILVA, 2020, p. 3).

A consequência desse declínio foi a falência da Engesa, que viria a ocorrer em 1993, e a redução drástica nas exportações de componentes militares por empresas como a Avibras e da Embraer, fatores que foram preponderantes para decretar o fim de uma era chamada “anos dourados” da indústria de defesa brasileira (STRACHMAN; DEGL’IESPOSTI, 2010).

Com o fim da Guerra Fria e o conseqüente declínio nos orçamentos militares ao redor do mundo, o comércio global de armamentos entrou em declínio. A maioria das empresas da indústria de armamentos enfrentou períodos de recessão, dadas as condições gerais prevalecentes no mercado, caracterizadas, de um lado, por excesso de oferta (causada pela superprodução e pela grande capacidade produtiva montada durante os anos da Guerra Fria) e, de outro, pela demanda enfraquecida (dada a ausência da necessidade de os países acumularem estoques muito elevados de armamentos, no pós-Guerra Fria). As transformações estruturais do comércio internacional de armamentos, após a queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS, foram bastante significativas (STRACHMAN; DEGL’IESPOSTI, 2010, p. 8).

No entanto, desde 2005, voltou a ganhar força um apoio maior à indústria nacional de defesa, sendo pautado por integrantes do governo brasileiros. Nesse mesmo ano, o Ministério da Defesa (MD) implementou a Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), órgão que tinha como intuito mediar a relação entre governo e indústria bélica. Ainda no mesmo ano, por meio do MD foi aprovado a

Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que instituiu diretrizes designadas a fomentar esta indústria. No mesmo período por intermédio da nova Política de Defesa Nacional (PND) foi ressaltada a importância de promover uma revitalização da Base Industrial de Defesa, diferente da PND anterior aprovada em 1996, que não busca enfatizar a relevância do tema (FILHO, 2015).

No ano de 2008, foi criada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que deliberou o complexo industrial de defesa como sendo um dos Programas Mobilizadores no tocante a aspectos Estratégicos, e, no fim desse mesmo ano, a Estratégia Nacional de Defesa (END) determinou a revitalização da Base Industrial de Defesa, como sendo um dos três pilares essenciais para a reestruturação da defesa do país. Somado a uma reforma das Forças Armadas, bem como de suas políticas relacionadas a composição dos efetivos (MELNISKI, 2019). Segundo Moraes (2012, p. 10), no ano de 2011 um outro projeto foi criado denominado “Plano Brasil Maior, que deu continuidade á PDP, assim como a Medida Provisória Nº 544, com medidas de incentivo às empresas nacionais de produtos de defesa”.

Segundo Barcelos (2014), percebe-se que a reestruturação da indústria brasileira de defesa, é um projeto que vem ganhado força somado aos instrumentos legais que nas últimas décadas foram aprovados com o objetivo de dar maior apoio a esse mercado, tendo em vista sua importância estratégica.

As iniciativas de incentivo podem ser observadas através de algumas ações efetivas, tais como:

A expansão das instalações da empresa Helibras, em Itajubá (MG), para a produção inicial da maior parte de uma encomenda de 50 helicópteros EC – 725 Cougar [...]; a produção de 2.044 veículos blindados para transporte de tropas – baseados no modelo italiano Puma -, a ser realizada pela empresa Iveco (subsidiária do grupo Fiat), em Sete Lagoas (MG) [...]; a criação da Embraer Defesa e Segurança, em 2010, que adquiriu 50% do capital da empresa de soluções tecnológicas Atech e 90% do capital da divisão de radares da empresa Orbisat [...]; a criação da Odebrecht Defesa e Tecnologia, em 2011, que participa do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e adquiriu, em 2011, o controle acionário da empresa Mectron, fabricante de mísseis, radares e componentes de satélites [...]; o início da construção, em julho de 2011, pela Itaguaí Construções Navais (ICN) e pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), dos cascos de quatro submarinos convencionais e de um submarino nuclear, no âmbito do PROSUB, envolvendo a transferência de tecnologia da parte não nuclear por instituições francesas [...]; e a assinatura de decreto, em agosto de 2011, liberando recursos para o Projeto Astros 2020, destinado a desenvolver um sistema de lançadores de foguetes e mísseis com capacidade de atingir alvos a até 300 quilômetros (MORAES, 2012, p. 10).

Diante desse contexto, os aspectos relacionados à importação de equipamentos militares para a Forças Armadas é um tema que tem sido foco de inúmeros debates por militares, assim como por técnicos do governo, parlamentares, estudantes, empresários desse mercado e foco de análise da imprensa como todo, no tocante ao Ministério da Defesa.

De acordo com Souza (2018), muitos indivíduos entendem que a obtenção de equipamentos bélicos pelas Forças Armadas precisa ter como foco sua aquisição através da BID, deixando as importações em segunda plano, ou seja, priorizando o mercado nacional.

Dada a relevância dos Estados Unidos, Rússia e China, existe, em termos internacionais, certa tendência na obtenção desse tipo de material com esses países.

Os Estados Unidos, a Rússia e a China são considerados os países mais fortes do mundo quando se trata de poderio militar, sendo que os EUA ocupam incontestavelmente o primeiro lugar. Mesmo assim, a Rússia ainda tem muitas cartas na manga, especialmente um arsenal nuclear de cerca de 1.550 ogivas nucleares prontas para a ação (DEUTSCHE WELLE, 2018, p. 2).

No entanto, não existe a exclusão de abastecimento logístico interno ao levar em conta a BID brasileira. Em levantamento de caracterização da indústria brasileira de defesa e segurança, Correa Filho et al. (2013), mostra-se um faturamento de R\$ 5,4 bilhões em 2009, representando 0,17% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no mesmo ano. Valores que se devem, segundo aos autores, ao aparelhamento das Forças Armadas do país.

Por isso, levando em conta que é a Defesa Nacional que impulsiona o setor, os meios logísticos de aquisição e obtenção perpassam necessariamente por especificações orçamentárias no país e, por isso, dependem de aprovação legislativa. Nesse sentido, os principais documentos que estabelecem as capacidades orçamentárias são o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa Nacional (PAED) e o Orçamento de Defesa, ambos de responsabilidade conjunta entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas (OLMEDO, 2013).

Dentro das discriminações destes documentos existe a separação entre orçamento de despesa pessoal, custeio e investimento sendo que as duas últimas contemplam a obtenção dos recursos Classe V entre outros equipamentos e custos. Juntos, custeio e investimento somam R\$18,3 bilhões em 2012,

ultrapassando o faturamento dos anos anteriores e, impulsionando em um curto espaço de tempo, a indústria do setor (CORREA FILHO et al., 2013).

Como exemplo desse setor, cita-se a Avibrás Divisão Aérea e Naval S.A., responsável pela produção do Sistema ASTROS 2020 (nova geração do Sistema ASTROS), capaz de lançar mísseis de cruzeiro e foguetes guiados; a Indústria de Material Bélico (IMBEL) que produz fuzis, pistolas, carabinas, explosivos, munições, pólvoras, abrigos temporários, materiais de comunicações; a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), principal fornecedora de munição de armamento leve das Forças Armadas; e a empresa Condor, que fornece armamentos e explosivos não letais ao Exército Brasileiro.

Perpassados tais apontamentos até aqui apresentados, é de grande relevância para esta pesquisa analisar, de forma prática, o seu último objetivo específico, sendo ele: apresentar as possibilidades e limitações da BID para o fornecimento de explosivos e munições. O que será feito pela análise dos resultados obtidos por meio da aplicação de uma entrevista pessoal, sendo eles fundamentados com os apontamentos teóricos extraídos dos estudos selecionados para compor a fundamentação desta pesquisa. No próximo capítulo, serão apresentados os aspectos metodológicos que conduziram esta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Adotou-se as metodologias de revisão da literatura e a de entrevista para coletar os resultados necessários para o estudo.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

Objeto formal do presente estudo é a capacidade de mobilização de explosivos e munições no mercado nacional.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto ao método, esta pesquisa enquadra-se como dedutivo, devido ao estudo do processo de mobilização militar para buscar o entendimento da mobilização de explosivos e munições. Quanto à abordagem, esta pesquisa enquadrasse como qualitativa, devido à busca do estudo em compreender os fatos sobre a BID. Quanto à natureza, esta pesquisa enquadrasse como básica, pois não há expectativa de aplicação prática do estudo. Quanto ao objetivo, esta pesquisa enquadrasse como exploratória, devido à familiaridade do tema e o grau de aprofundamento.

3.3 AMOSTRA

Empresas que compõem a BID, que fornece explosivos e munições ao Exército do Rio de Janeiro.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA

O procedimento para a revisão da literatura foi feito através de pesquisas em portais eletrônicos confiáveis, no período entre (2010 e 2021), contando também com entrevistas tendo como foco o tema em questão. Entre as plataformas pesquisadas estão: Scielo, Google Acadêmico, o próprio Google, sites do governo federal, entre outros reputados como confiáveis. Com o propósito de promover maior compreensão da pesquisa foi utilizado palavras chaves, tais como: capacidade, BID, explosivos e munições, mobilização militar. Os artigos originais e de revisão, foram analisados pelo título e resumo, os que não se encaixaram, foram excluídos.

3.5 INSTRUMENTOS

Revisão de literatura e entrevista pessoal. A revisão da literatura foi escolhida para fundamentar esta pesquisa, doando arcabouço de conhecimentos científicos produzidos por outros estudos e que sustentam os resultados aqui encontrados. Já a entrevista pessoal, esta foi aplicada para colher resultados práticos, de forma mais personalizada, sendo realizada com um funcionário de cargo gerencial de empresa vinculada com a BID.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Posterior a sua análise e separação de informações, os dados serão tabulados e separados de acordo com sua relevância e as informações analisadas à luz das teorias relacionadas ao tema. E em seguida apresentado durante a pesquisa.

4. RESULTADOS

Neste capítulo da pesquisa serão apresentados os resultados práticos colhidos por meio da realização de uma entrevista pessoal. A entrevista foi realizada no dia 05 de julho de 2022, no Rio de Janeiro – RJ, sendo entrevistado o Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO, diretor comercial da Condor S.A Indústria Química. O termo de apresentação encontra-se no Apêndice A, desta pesquisa. Enquanto o relatório da entrevista exploratória encontra-se no Apêndice B, desta pesquisa.

O entrevistado possui uma ampla experiência no mercado nacional e internacional, principalmente com clientes governamentais, tendo cerca de 20 anos de experiência como executivo na Condor S.A Indústria Química. Possui formação acadêmica em TI pelo Instituto Israelita de Tecnologia, Advogado pela UNESA,

MBA em Direito Empresarial pela FGV e MBA em Gestão de Negócios e Projetos pela UERJ, o que lhe doa a capacidade necessária para dispor de conhecimentos que servem como validadores práticos dos resultados pretendidos por esta pesquisa.

Por vez, a CONDOR é uma das principais fornecedoras de explosivos das Forças Armadas, compondo o rol de empresas integrantes da BID, as quais são de grande importância para a manutenção dos insumos necessários para o aporte das ações de mobilização militar.

Foram aplicadas três perguntas subjetivas, tendo como parâmetro os objetivos desta pesquisa. A primeira pergunta procurou compreender como a empresa CONDOR, desenvolvedora e produtora de equipamentos, munições e explosivos, desde o ano de 1985, para órgãos de segurança e defesa nacional, poderia atuar em um cenário de mobilização militar.

Em resposta a tal indagação, inicialmente, o entrevistado trouxe um relato pretérito vinculado com a atuação da CONDOR, o qual serve de base para melhor compreender o potencial contributivo de tal organização. Abaixo, encontra-se destacado, na íntegra, a primeira resposta fornecida para tal indagação:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR)– Importa dizer que a CONDOR já foi, na prática, mobilizada. Em 2013, quando ocorreram os grandes protestos no Brasil, em todos os Estados da Federação, as Forças Auxiliares não estavam preparadas para conter aquele nível de desordem civil e quebra da lei e da ordem pela população. Caso não fosse a atuação da União, através do Exército Brasileiro e da, hoje extinta, Secretaria de Grandes Eventos do Ministério da Justiça, as forças de segurança não teriam à disposição meios não letais para o uso gradual da força. Naquela oportunidade, a pedido do Exército Brasileiro, mediante contatos regulares, pessoais e muito constantes, a CONDOR concordou em reverter toda sua exportação para atender as demandas nacionais, mesmo com flagrantes prejuízos econômicos (multas) e de imagem (não cumprimento de acordos). Basicamente a CONDOR foi mobilizada, mesmo sem os diplomas legais em vigor.

Da resposta acima apresentada, pode-se compreender que, em um momento cercado pela inexistência de diplomas legais vigentes, a CONDOR conseguiu atender à uma demanda nacional e reverter a produção para contemplar a necessidade das Forças Armadas nacionais.

Complementando a resposta da primeira indagação, o entrevistado ainda mencionou alguns parâmetros atinentes ao potencial produtivo da CONDOR, abaixo, apresenta-se sua fala, na íntegra:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR)– Além da reversão de produção em andamento destinada a outros clientes estrangeiros, diversas outras medidas podem ser tomadas pela CONDOR para atender às necessidades de mobilização: produção contínua – 24 horas por dia em 7 dias na semana; concentração do portfólio em menor variedade de produtos para dar vazão a larga escala; liberação do Heliponto existente na fábrica para coleta/entrega de materiais e recebimento de autoridades para coordenação; permissão para entrada e saída de veículos rodoviários das Forças Armadas para entrega e coleta de materiais.

Acima, tem-se uma melhor noção quanto ao potencial produtivo da CONDOR. Todavia, o entrevistado faz ressalva, atentando para uma necessidade que seja contemplada de acordo com o próprio portfólio existente na CONDOR. Ele destaca que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR)– Evidentemente, estamos tratando de uma mobilização para atender necessidades das Forças com relação ao portfólio e capacidades já existentes na CONDOR. Na eventualidade de precisar reconverter a própria capacidade produtiva, para fabricação de outros tipos de produtos, serão necessários outros estudos de viabilidade.

Complementando ainda a resposta da primeira indagação, o Sr. LUIZ MONTEIRO pontua que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – Por fim, cabe esclarecer que a depender do nível de requisição, diversas providências serão necessárias, tais como flexibilização de jornada de trabalho, acordo com sindicatos, oferecimento de crédito para financiamento de capital de giro e manutenção de fluxo financeiro, flexibilização de requerimentos burocráticos de fiscalização de produtos controlados, assegurar demanda de água e luz, reforço de segurança patrimonial, diferimento na cobrança de impostos para que sejam adimplidos após efetivo pagamento à CONDOR pela União e etc.

A segunda indagação se norteou pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizada pelo Governo Federal em 2022 e seus benefícios para as empresas da BID. Esta indagação foi subdividida em dois momentos. No primeiro momento, procurou compreender como o entrevistado compreende a atual conjuntura político-econômica do país e qual a influência disso para a CONDOR. Em resposta, ele afirmou que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – A Estratégia Nacional de Defesa é, de fato, um documento bem consistente ao que tange a Base Industrial De Defesa (BID). Ao nosso sentir, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (SEPROD), tem conferido a BID uma importância maior, havendo melhor interlocução e sinergia. Assim,

diversas ações implementadas ou perseguidas pela SEPROD mostram isso: a questão de financiamentos de diversos tipos, promoção a exportação, proteção da indústria nacional contra o imediatismo mercantil, isonomia regulatória, isonomia tributária, convencimento da sociedade civil sobre a importância da defesa e etc. O momento econômico brasileiro foi evidentemente afetado pela pandemia, seguida de guerra, o que não é diferente para os outros países. De um modo geral são circunstâncias que agredem a todos de forma igual, sobressaindo aqueles entes econômicos racionais que buscam oportunidades. Em todas as oportunidades buscadas pela CONDOR, especialmente no Exterior, fomos apoiados pelo Governo. Nas oportunidades internas, naturalmente a restrição orçamentária se impôs.

Já no segundo momento, procurou saber do entrevistado quais as possibilidades da CONDOR para com a produção e distribuição de material bélico para o Exército Brasileiro, diante da atual expectativa aplicada ao mercado nacional pela redução do IPI. Em resposta, ele destacou que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – Acreditamos que o Exército Brasileiro ainda tem um potencial enorme para utilização das tecnologias produzidas pela CONDOR. A CONDOR evoluiu e coloca à disposição do mercado tecnologias e produtos com maior velocidade que o Exército consegue absorver. Enquanto a dogmática do estudo doutrinário, do preparo efetivo e do emprego em missão é amplamente aplicado aos meios letais, o mesmo não ocorre com os meios não letais. Isto posto, observa-se a necessidade de ampliar a pesquisa sobre uso proporcional da força dentro do Exército, com o consequente preparo maior que o emprego. Entendemos que a CONDOR deve se manter focada em tecnologias não letais, não se desvirtuando para tecnologias letais por algumas razões: 1 – as tecnologias não letais são imprescindíveis para o controle social interno e sua falta pode levar a guerras civis; 2 – trata-se de material de difícil obtenção no mundo sujeito a embargos geopolíticos; 3 – Há muitas outras empresas de defesa no Brasil com capacidade de produção e pesquisa em tecnologias letais.

Já no que cerne a terceira pergunta aplicada pela entrevista, esta considerou a proposta do projeto que visa a reestruturação da indústria brasileira de defesa, para compreender quais seriam as limitações da CONDOR, quanto a sua capacidade de produção e distribuição de material bélico para o Exército Brasileiro. Respondendo a tal questão, o entrevistado afirmou que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – Uma das principais limitações refere-se a questão de impostos. Por lei, as vendas da CONDOR para o Exército Brasileiro são isentas de impostos federais, na venda do produto, mas não há desoneração da cadeia produtiva. O sistema brasileiro de tributação acaba onerando a cadeia produtiva de impostos, numa dinâmica de compensação e substituição, que acabam colocando na composição do Custo do Produto Vendido estes impostos intermediários.

Como mecanismos de reversão de tais limitações tributárias, o entrevistado ainda destacou que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – Uma das soluções encontradas pela BID em conjunto com o MD foi o Regime Tributário Especial para a Defesa (RETIDE). Grosso modo, as empresas que aderem ao RETIDE têm a desoneração de sua cadeia de valor, isentando de impostos federais as trocas com os fornecedores da Empresa Estratégica de Defesa – como a CONDOR. Entretanto, o RETIDE não levou em consideração que as empresas de defesa subsistem sobre um tripé: Vendas para Defesa, Equipamentos Duais (vendas para civis, como FFAUX) e exportação. O RETIDE considera apenas a desoneração da cadeia produtiva de produtos vendidos para as FFAA e não para FFAUX. NO caso da CONDOR, o que acontece, é que a CONDOR não tem como prever no momento da aquisição da matéria prima qual parte será destinada para Defesa e qual parte será destinada ao mercado interno civil. Assim, para evitar multas e penalidades a CONDOR não se utiliza do RETIDE e acaba onerando as FFAA.

Como fatores que impulsionam tais limitações, o entrevistado ainda contribuiu para os resultados desta pesquisa afirmando que:

Entrevistado: Sr. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO (CONDOR) – Outro fator é a inobservância do princípio constitucional da não tributação entre os entes federativos nas vendas da CONDOR para as FFAA. Estas vendas são majoradas pela incidência de imposto estadual (ICMS) que é repassado como custo para a União (FFAA), diminuindo a capacidade de aquisição da Força. Por fim, o regime orçamentário brasileiro, que não destina percentual do seu PIB como orçamento impositivo para Defesa, impede o planejamento plurianual de aquisições do Exército. Caso assim o fizesse o resultado certamente seria a redução de preços em vista de melhor planejamento de compras, produção e fluxo financeiro.

Considerando os resultados acima expostos, o próximo capítulo da pesquisa apresentar-se-á a discussão dos mesmos, de forma fundamentada.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo da pesquisa será dedicado a discutir os resultados anteriormente apresentados, de forma fundamentada com os resultados extraídos dos estudos científicos selecionados para a sua fundamentação. Serão observados os objetivos da pesquisa para construir um diálogo analítico e crítico, tendo por enfoque a resolução do problema norteador desta investigação científica.

Diversos estudos, a exemplo dos produzidos por Barcelos (2013) e Filho (2015), apontam que, para que o processo de mobilização militar seja eficiente, as empresas que compõem a BID devem deter potencial de suprimento das necessidades das Forças Armadas, principalmente, no que diz respeito aos

explosivos e munições. Além disso, este potencial deve ser visto e considerado como indispensável para a manutenção da segurança nacional, uma vez que os resultados de uma eventual necessidade de mobilização dependem disto.

Dos resultados apresentados pelo capítulo anterior, pode-se compreender que a CONDOR, empresa que integra a BID, possui um nítido potencial de suprimento das necessidades de produção e fornecimento de explosivos e munições em caso de uma mobilização militar. Todavia, este potencial encontra-se limitado ao portfólio de produtos já existente na CONDOR, bem como a uma reversão de exportação em prol do suprimento nacional para o Exército Brasileiro, o que ocorreu em 2013, obtendo resultados satisfatórios.

Jerônimo (2018), destaca que é de grande importância que as empresas que compõem a BID detenham poderio de suprimento amplo. Ponto este onde a entrevista trouxe a consideração de que, em caso de uma emergencial necessidade de suprimento por produtos que não integrem o portfólio atual da CONDOR, faz-se necessário a realização de uma análise quanto ao potencial da empresa para atender a uma demanda específica das Forças Armadas nacionais.

Algumas características de produtividade podem ser adotadas como impulsionadoras do poder produtivo das empresas que integram a BID diante de uma eventual mobilização militar. O entrevistado, brilhantemente, pontuou algumas que são capazes de ampliar o potencial de tais empresas, tais como: ampliação do tempo produtivo, menor variedade de produtos no portfólio, alocação de heliponto na empresa para viabilizar um transporte mais rápido, dentre outras.

Deste cenário, pontua-se a questão da adoção de um portfólio de produtos mais enxuto como uma condição que pode interferir na amplitude da variedade bélica do Exército Brasileiro diante de uma possível mobilização nacional contra Forças Armadas que sejam mais potentes, sendo necessária a avaliação do rol de empresas da BID para que possam reverter tal condição, uma vez que a tecnologia e variedade bélica são fatores importantes neste cenário (MELNISKI, 2019).

Os resultados colhidos pela entrevista ainda pontuaram que, diante de uma situação de mobilização militar e ampliação da demanda por produtos bélicos produzidos por empresas nacionais vinculadas à BID, pode haver a necessidade de se reformular algumas condições de modo a atender tal demanda, principalmente, os aspectos financeiros, burocráticos e legais. São justamente

estes os fatores que os estudos de Lamellas (2019) e Leske (2015), apontam como cruciais para o potencial produtivo destas empresas.

A Estratégia Nacional de Defesa é considerada um ponto essencial para apoio à BID. Sendo este o entendimento do entrevistado, reconhecendo que o próprio Governo Federal tem conferido à BID uma maior importância e significação, o que contribui para ampliar a interlocução e sinergia entre os seus setores. Fato este que é extremamente relevante para o potencial produtivo das empresas da BID, ampliando-o por meio da facilitação dos seus processos (PRADO, 2020).

Mas, deve-se levar em consideração que o atual momento econômico do país foi drasticamente afetado pelos efeitos decorrentes da pandemia promovida pela disseminação do novo coronavírus humano (SARS-Cov-2). Para o entrevistado, além dos fatores pandêmicos, há ainda os efeitos decorrentes das guerras atualmente travadas no contexto mundial e que afeta o Brasil. Cenário este que vem sendo contornado pela busca de oportunidades internacionais e nacionais veiculadas com as empresas da BID, inclusive, a CONDOR. Nacionalmente, há a presença de uma restrição orçamentária que atribui resultados menos expressivos.

Por lidar com insumos que possuem maiores valores de custos, faz-se necessário um posicionamento melhor diante dos investimentos aplicados à BID e à CONDOR, o que pode majorar o próprio potencial de produção e fornecimento de explosivos e munições no contexto econômico nacional das Forças Armadas. Silva (2020), destaca em seu estudo que a atual crise econômica vivenciada no país afeta em cheio os investimentos para com a BID, mas, isso não obsta a capacidade produtivas de suas empresas.

É justamente sobre o potencial de tais empresas e do próprio Exército Brasileiro, que o entrevistado afirmou que acredita que as Forças Armadas nacionais ainda detêm um amplo potencial na utilização de tecnologias produzidas em solo nacional, principalmente, as produzidas pela CONDOR. A própria evolução da capacidade da CONDOR é um fator de relevância para considerar o potencial bélico de manutenção do Exército Brasileiro. De igual modo, o estudo de Silveira (2020), apresentou fatores adotados pelo Exército Brasileiro como estratégias de desenvolvimento para a BID.

Os resultados ainda pontuam que a CONDOR deve manter o foco na fabricação de produtos não letais, considerando que tais tecnologias são imprescindíveis e mais recorrentes no uso de mobilização em prol do controle

social interno. Além disso, este tipo de material possui uma aquisição externas mais difícil, por causa da sujeição aos embargos geopolíticos e também, há muitas outras empresas nacionais com capacidade para a produção de produtos letais. Assim, com o enfoque da CONDOR em produtos não letais, o poderio bélico do Exército Brasileiro pode ser expandido de forma considerável.

Trata-se, portanto, de adoção de uma visão estratégia, que visa equilibrar o potencial produtivo da CONDOR em suprimento de material que possui uma maior dificuldade de aquisição em outras empresas. Deve-se considerar ainda que, diante das mobilizações internas das Forças Armadas, o uso de material não letal é muito maior, uma vez que se atrela a manutenção da ordem social interna com a necessidade de preservação da integridade e vida dos civis, sendo que os equipamentos não letais corroboram para ampliar a segurança de tais ações (SILVA, 2020).

No que tange às limitações da CONDOR, identificou-se que esta se atrela às questões de impostos, uma vez que a aquisição dos insumos necessários para a produção dos produtos bélicos está sujeita à tributação. Mesmo que não se aplique a tributação entre as empresas da BID, a aquisição destes insumos coexiste. Considerando a atual crise econômica vivenciada pelos cenários internos e externos ao país, a tributação torna-se uma limitadora agravante para o poderio bélico das Forças Armadas nacionais, uma vez que implica na majoração dos custos produtivos e, conseqüentemente, na redução da produção (SILVEIRA, 2020).

Mesmo com a aplicação estratégica do RETIDE, o problema dos custos com impostos desta cadeia produtiva persiste, pelo fato de que as empresas da BID, como a CONDOR, operam sobre um tripé (Vendas para Defesa, Equipamentos Duais (vendas para civis, como FFAUX) e exportação) e, no momento da aquisição das matérias primas, tais empresas não tem como estimar a quantidade desta matéria que vai para a produção de suprimento da Defesa e do mercado civil interno. O que leva a CONDOR a não se utilizar do RETIDE e onerando os valores aplicados aos seus produtos.

Ponto este que, segundo o estudo de Silveira (2020), deve ser considerado, uma vez que é de extrema importância que o Governo Brasileiro busque estratégias de facilitadoras para os processos de requisição e aquisição de produtos entre as empresas da BID. Esta pesquisa considera que é de melhor

serventia que as Forças Armadas deem prioridade para a aquisição de material bélico produzido internamente, o que leva a identificação da necessidade de adotar medidas que estimulem tal cenário, justamente, pela facilitação dos pontos que os envolvem, principalmente, o ponto financeiro/custo.

Para além do problema acima apresentado, o entrevistado destacou a questão da inobservância do princípio constitucional da não tributação entre os entes federativos com relação aos produtos comercializados pela CONDOR para as FFAA. A incidência do ICMS acaba majorando os valores destes produtos e, conseqüentemente, diminuindo a capacidade de aquisição interna feita pelas Forças Armadas. Fator este que desestimula o incentivo à produção interna de produtos bélicos, como os explosivos e munições. O que, muitas vezes, impulsiona a aquisição externa destes produtos.

A não destinação de um percentual do PIB ao orçamento imposto para a Defesa Nacional foi outro fator apontado pelo entrevistado como desestimulante ao planejamento plurianual de aquisições internas das Forças Armadas. Ele considera que se esta destinação existisse, o cenário seria outro, pois haveria um maior volume de aquisições. Tais fatores implicam na redução do potencial de desenvolvimento das empresas componentes da BID e na estimulação do mercado interno de produção bélica. Que, mesmo com a medida adotada pelo Governo Federal com relação ao IPI, obsta os resultados pretendidos e necessários para majorar o poderio interno bélico do Exército Brasileiro.

Quando Silva (2020) e Silveira (2020), realizaram seus estudos para analisar as estratégias adotadas pelo Exército Brasileiro em prol do fortalecimento das empresas veiculadas à BID, os mesmos dispuseram de resultados que também evidenciaram a necessidade de adotar medidas legais estimulantes a tal desenvolvimento. Haja vista que as questões burocráticas, tributárias e outras questões financeiras, acabam desestimulando o crescimento do mercado produtivo bélico nacional.

Dos resultados aqui discutidos, pode-se destacar que as possibilidades da BID, com relação à CONDOR, são:

- Potencial de ampliação da cadeia produtiva para atender a necessidade nacional diante de uma mobilização militar;

- Potencial para focar na produção de produtos bélicos não letais, dando vazão para o suprimento de tais produtos, uma vez que há carência diante de tal aquisição;
- Potencial para reduzir os preços aplicados aos produtos de manutenção bélica do Exército Nacional;
- Potencial para reduzir o tempo entre a cadeia produtiva e a entrega de tais produtos.

Todavia, alguns fatores implicam em limitações para as empresas da BID, principalmente, a CONDOR, sendo eles:

- A oneração dos preços dos produtos comercializados entre os entes federativos com a aplicação do ICMS;
- A impossibilidade de utilização do RETIDE, por causa da dificuldade de se estipular quanto da matéria prima será direcionada ao suprimento das Forças Armadas.

Tais pontos devem ser considerados diante da adoção de medidas facilitadoras que estimulem o aumento da cadeia produtiva e das requisições internas de produtos bélicos direcionados ao Exército Brasileiro. Tendo em vista que este fortalecimento torna a cadeia interna potencialmente preparada para os casos de mobilização militar e elevação da demanda aquisitiva. Condições estas que já são observadas por outros países, a exemplo dos EUA e da Rússia, os quais estão entre os países com o maior potencial tecnológico e bélico de todo o mundo.

6. CONCLUSÃO

Os resultados levantados por esta pesquisa, com base nos materiais teóricos/científicos e na aplicação da entrevista pessoal, foram suficientes para atender aos seus objetivos e, conseqüentemente, responder ao problema que conduziu esta investigação. De prontidão, pode-se responder que diante de uma necessidade de mobilização militar o mercado nacional detém plenas condições

logísticas para a produção de material bélico, mas, com algumas ressalvas legais que precisam ser revistas em prol da facilitação dos processos de requisição e aquisição entre as empresas da BID.

Mediante a análise de pontos atinentes a uma das empresas que integram a BID, sendo ela a CONDOR, identificou-se que esta detém plenas condições de produção e fornecimento de produtos bélicos, como explosivos e munições, para o Exército Brasileiro. Contudo, os resultados evidenciaram que tal potencial é identificável mediante o uso restrito de produtos que já pertencem ao portfólio da CONDOR, havendo a necessidade de avaliar-se o potencial quanto à produção de produtos que ainda não integram tal portfólio.

Há claras condições de remanejamento das medidas adotadas pela CONDOR em prol da ampliação da sua cadeia de produção, a exemplo da reversão de fornecimento de produtos bélicos ao exterior, medida adotada no ano de 2013 e que logrou êxito. Para além disso, os resultados ainda evidenciaram que a CONDOR galgou evoluções significativas ao longo dos anos, possuindo plenos conhecimentos na fabricação de novas tecnologias, o que pode ser explorado pelo mercado nacional.

Havendo uma maior necessidade de utilização de produtos não letais em mobilização nacional e considerando a dificuldade de aquisição interna e externa de tais produtos, os resultados apontaram para um possível sucesso na ampliação do potencial bélico se a CONDOR focar na produção de produtos não letais.

Além das possibilidades, os resultados ainda evidenciaram as dificuldades existentes que desestimulam o crescimento do mercado bélico interno, a exemplo da tributação entre os entes federativos e da impossibilidade de utilização do RETIDE, que acabam por onerar os valores dos produtos, sendo necessária a adoção de medidas estratégicas que revertam tais dificuldades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A. A indústria de defesa brasileira e a sua desnacionalização: Implicações em aspectos de segurança e soberania e lições a partir da experiência internacional. **Boletim de Economia Internacional**, n. 20, 2015. Ipea. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5903/1/BEPI_n20_ind%C3%BAstria.pdf. Acesso em 17 de fev de 2022.

ANDRÉ, G. P. Teoria de amostragem e Teoria de estimação. **Lichinga, Moçambique**, 2017.

ASSIS, L. A. G. **O Desenvolvimento e produção de aeronaves de asa rotativa na Indústria Nacional de Defesa**. 2018. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

BARCELOS, M. A. S. **A implementação da estratégia nacional de defesa, 2008-2013**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestre em Administração Pública) Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Manual de Mobilização Militar**. Brasília: MD, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa - Minuta**. Brasília: MD, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. Acesso em: 05 de fev de 2022.

CORREA FILHO, S. L. S. et al. **Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: BNDES Setorial, 2013. 35 p. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2684>. Acesso em: 5 fev. 2022.

DAGNINO, R. P. **A indústria de defesa no governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEUTSCHE WELLE. **Qual o real poderio militar da Rússia?** G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/qual-o-real-poderio-militar-da-russia.ghtml>. Acesso em: 05 de fev de 2022.

DE HOLANDA, S. F.; SOARES DE ASSIS, L. R. **A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas**. Econstor. 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91159/1/776481231.pdf>. Acesso em 05 de fev de 2022.

FILHO, C. I. O. **A situação atual da indústria de defesa nacional: desafios enfrentados pelo setor de simuladores de emprego militar**. 2015. P. 94 f. Monografia (Pós-MBA Lato Sensu em Gestão Internacional) Escola de Guerra Naval – COPPEAD UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

JERÔNIMO, L. **A atual situação da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira.** 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

LAMELLAS, J. R. P. **Programas estratégicos do exército Impactos orçamentários afetando a capacidade dissuasória brasileira.** 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia) Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019.

LESKE, A. D. C. Interação, inovação e incentivos na indústria de defesa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 1, p. 33-56, 2015.

LOGÍSTICO, Brasil Exército Comando. **Instruções Reguladoras de Gestão de Suprimento Classe V (Munição)–Gestão por Competências.** 2021. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9450/1/EB40IR30553.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2022.

KREIDBERG, M. A. **History of military mobilization in the United States Army.** P. VI, 1955.

MELLO, P. I. L. P. **A experiência da terceirização das atividades logísticas em operações:** possibilidades e desafios. 2019. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Ciências Militares) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

MELNISKI, A. A. **O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 e a Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS:** análise da evolução e perspectivas. 2019. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares) Escola de comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

MORAES, R. F. **A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010.** Econstor. 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90954/1/719090660.pdf>. Acesso em 05 de fev de 2022.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; DA CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.

NEGRIS, P. X. C. **100 anos do serviço de intendência: uma revisão do apoio logístico em operações militares.** 2019. 23 f. Trabalho Acadêmico (Especialista em Ciências Militares) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

PRADO, W. M. **Indústria nacional de defesa brasileira e estadunidense:** uma visão comparativa. 2020.40 f. Monografia (Bacharel em Ciências Militares) Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, RJ, Resende, 2020.

RODRIGUES, L. B. S. **As Contribuições das Redes Sociais como Ferramenta de Governança e Interação com os Cidadãos:** O Caso da Prefeitura Municipal

de Salvador. 2021. 105 f. Tese (Mestrado em Administração Pública) Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.

SILVA, Â. A. P et al. **A Crise Econômica no Brasil e seus reflexos na Indústria de Defesa Nacional.** Gov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/aa_crisea_economicaa_noa_brasila_ea_seusa_reflexosa_na_a_industriaa_dea_defesaa_nacional.pdf. Acesso em: 17 de fev de 2022.

SILVEIRA, B. P. **Os impactos dos programas estratégicos do exército no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, no contexto do processo de transformação da força terrestre.** 2020. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, R. G. **Crise e retomada da indústria de defesa.** 2018. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

STRACHMAN, E.; DEGL'IESPOSTI, E. H. B. A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, 2010.

APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO CLASSE V NO MERCADO NACIONAL

O presente instrumento é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é “Explosivos e munições: capacidade de mobilização nacional”.

Pretende-se, por intermédio da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios para aprimorar o conhecimento sobre as capacidades do mercado nacional no fornecimento de suprimento Classe V, mais precisamente sobre explosivos e munições.

Para isso, serão solicitadas informações relativas à sua experiência no ramo industrial de material bélico.

No sentido de orientar a pesquisa, foi formulado o seguinte problema: caso seja mobilizado, o mercado nacional tem capacidade logística para fornecer explosivos e munições, visando atender as necessidades do Exército Brasileiro numa hipótese de emprego?

Sua experiência profissional irá contribuir sobremaneira para o resultado desta pesquisa. Desde já, agradeço a colaboração prestada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

William Carlos Costa da Silva (Capitão de Intendência – AMAN 2013).

E-mail: williamccosta91@icloud.com

APÊNDICE B – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Entrevistado: Sr. Luiz Cristiano Vallim Monteiro

Ocupação diretor comercial da Condor S.A Indústria Química

Data da entrevista: 05 de julho de 2022.

Local da entrevista: Rio de Janeiro – RJ.

Possuidor de vasta experiência no mercado nacional e internacional, principalmente com clientes governamentais, tendo cerca de 20 anos de experiência como executivo na Condor S.A Indústria Química.

O entrevistado é formado em TI pelo Instituto Israelita de Tecnologia, Advogado pela UNESA, MBA em Direito Empresarial pela FGV e MBA em Gestão de Negócios e Projetos pela UERJ.

1 - Entende-se por Mobilização Nacional como um instrumento legal, decretado pelo Presidente da República, para obter recursos para complementar a Logística Nacional, visando a Defesa Nacional, em caso de agressão estrangeira ou para a Garantia de Lei e da Ordem. Respondendo de forma prática e resumida, como a Empresa Condor, que desenvolve e produz, desde 1985, equipamentos, munições e explosivos para órgãos de segurança e defesa, atuaria em caso de uma mobilização militar?

2 - No início deste ano, o Governo Federal decretou a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). As empresas integrantes da Base Industrial de Defesa serão fortemente beneficiadas com a iniciativa do governo, haja vista que poderão oferecer seus respectivos bens por preços mais baixos, além de aumentar a competitividade nacional e internacional destes produtos.

2.1 - Levando em conta que é a defesa nacional que impulsiona o setor, que os meios logísticos de aquisição e obtenção perpassam necessariamente por especificações orçamentárias no país e que, por isso, dependem de aprovações nos

poderes Legislativo e Executivo, como o senhor observa a atual conjuntura político-econômica do país e qual a influência disso para a Condor?

2.2 - Muitos indivíduos entendem que a obtenção de equipamentos bélicos pelas Forças Armadas precisa ter como foco sua aquisição através da BID, deixando as importações em segunda plano, ou seja, priorizando o mercado nacional. Tendo em vista esta expectativa em relação ao mercado nacional, qual seriam as possibilidades da Condor, relativas a produção e distribuição de material bélico para o Exército Brasileiro?

2 - Percebe-se que a reestruturação da indústria brasileira de defesa, é um projeto que vem ganhando força somado aos instrumentos legais que nas últimas décadas foram aprovados com o objetivo de dar maior apoio a esse mercado, tendo em vista sua importância estratégica. Atualmente, qual seriam as principais limitações da Condor, relativas a produção e distribuição de material bélico para o Exército Brasileiro?